

SEGURANÇA DOS CIDADÃOS, LIBERDADES E DIREITOS HUMANOS



1 - A Europa nasceu de um desejo:

- de reconciliação,
- de liberdade partilhada,
- de segurança individual e colectiva.

Por um lado, a violação maciça dos direitos humanos que caracterizara a II Guerra Mundial e a divisão da Europa que se lhe seguiu, criaram um fundo de insegurança que paralizava a História e exigia uma nova esperança no futuro.

Por outro lado, o Plano Marshall, numa mistura ambígua entre a generosidade dos cidadãos americanos e a estratégia do Governo dos EUA, criou na Europa a expectativa de que, ao menos materialmente, era possível reconstruir, planear, ter esperança.

É neste contexto que se gera a ideia das Comunidades Europeias e que se elabora o Tratado de Roma.

Rapidamente as Comunidades são entendidas como o Mercado Comum e parecem ser a única causa do fabuloso crescimento económico dos países que o compõem, permitindo a travessia de dois choques petrolíferos. Quando a crise surge no horizonte, o Acto Único, com o seu Mercado Interno e a sua coesão social entre países pobres e ricos, traz a plena realização desse desejo de integração.

A liberdade de circulação de bens, de serviços e de capitais trouxe um forte sentimento de segurança colectiva no plano económico, embora o acordo de Schengen mostre que há ainda restrições à circulação de pessoas no espaço da União Europeia.

O Tratado de Maastricht dá novos fundamentos a essa segurança:

- afirma a cidadania europeia
- e, em estreita interdependência, inicia a transformação das Comunidades em União Política.

Porquê então o cepticismo dos cidadãos face à União Europeia?

Porquê a suspeita constante de que a União seria um super - Estado, violando a soberania de cada Estado?

É minha convicção que um e outra só podem ser ultrapassados se a cidadania ganhar novas dimensões, co-extensivas aos direitos humanos, especialmente cívicos e sociais e se a base política da União Europeia fôr fortalecida por essa mesma cidadania.

se preocupam com as questões sociais", disse que "é a esses que cabe dar apoio aos mais pobres entre os pobres. Uma sociedade que tem com que viver não pode deixar de fazê-lo".

A Europa é esta sociedade que tem com que viver mas que, ao mesmo tempo, tem gente a estender a mão para poder comer; tem, em quase todas as capitais dos Estados-membros, gente que dorme envolvida em cartões, cobertores velhos, debaixo de arcadas ou de pontes; tem gente no desemprego, alguns há um ano, outros há 5, resvalando pelo plano inclinado da desqualificação social.

Como podemos ter segurança, se estes outros a não têm?

As propostas do Comité des Sages, aprovadas pela Comissão e apoiadas pelo Parlamento, estão agora, graças à decisão do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e de alguns dos seus colegas, sobre a mesa de negociações da Conferência Intergovernamental para a revisão do Tratado de Maastricht. Em relação às outras iniciativas no domínio social, estamos perante um salto qualitativo radical.

Os direitos cívicos e sociais estão no centro da tradição europeia. E é essa tradição que se lê no preâmbulo dos Pactos internacionais: os direitos cívicos, políticos, sociais, económicos e culturais são interdependentes e indivisíveis.

Não nos basta, assim, uma afirmação abstracta de que a União Europeia defende a liberdade e os direitos cívicos, mas deixa para a evolução da História os direitos sociais. Já Mitterrand dizia, em 1981, que era preciso defender a "liberdade e as condições de liberdade".

É preciso defender e aprofundar o chamado "modelo social europeu". É preciso inovar, delinear novos conceitos e criar novos mecanismos de funcionamento. Longe de perspectivas idealistas, é o mais claro realismo que é pedido, o realismo que compreende três questões fundamentais:

- Em 1º lugar, o conceito de trabalho tem de ser redefinido, uma vez que estão totalmente ultrapassados os esquemas produtivos da industrialização e que a equação produção/consumo tem hoje outra natureza, bem diferente de há 20 ou 30 anos. Não é indiferente a esta redefinição do trabalho, se pensarmos no contexto dos factores demográficos que mudaram completamente a fisionomia da Europa hoje, o abandono da sequência aprendizagem/emprego/reforma, substituindo-a por um conjunto de factores diversos: os que decorrem de ciclos de vida com exigências diferentes; e os que decorrem das transformações tecnológicas e económicas. Assim, entre outros factores, há que considerar os seguintes:
- a educação como um processo de toda a vida, constituída por módulos móveis, transferíveis de um domínio para outro;



- o trabalho como um continuum que abrange uma larga gama de actividades, desde as tarefas essenciais à vida e não remuneradas, até ao tradicional emprego para a vida inteira;
 - os vários ciclos da vida como oportunidades de realizar actividades sonhadas, inovadoras e enriquecedoras do tecido social.
- Em 2º lugar, é indispensável repensar o que neste século se chamou Estado-Providência, caminhando para uma equilibrada repartição de:
- autonomia pessoal;
 - formas a que alguns investigadores chamam já a sociedade-providência;
 - e poder normativo e supletivo do Estado.

Tratar-se-á de mecanismos que reforcem a coesão social à dimensão de cada comunidade, incluindo os Estados e a própria União, bem como de esquemas inovadores de financiamento dos novos mecanismos.

O Comité des Sages propôs que, após a IGC, que está a decorrer, se comece uma II fase de larga consulta de todos os cidadãos europeus, por iniciativa do Parlamento Europeu em colaboração com a Comissão. No termo desse processo teremos a lista dos direitos que os europeus querem ver garantidos ao nível da União.

- Em 3º lugar, o Comité des Sages considera que terá repercussões radicais na organização do trabalho e, portanto, no acesso à actividade remunerada, o IV programa de igualdade de oportunidades, já em curso, que consiste na compatibilização entre as responsabilidades familiares e as responsabilidades profissionais tanto para os homens como para as mulheres.

Todas as questões enunciadas são elementos fundamentais de uma cidadania que não se esgota nos direitos cívicos.

É essa cidadania enriquecida que se traduzirá - e é este o cerne das propostas do Comité des Sages - numa Declaração de Direitos (uma "Bill of Rights") como base e expressão da identidade política da União Europeia.

Podemos imaginar que se trata de uma "Constituição", embora

não saibamos ainda que forma política terá a União Europeia. Será, isso sabemo-lo, inédita.

Hans Jonas diria que seria regida pelo princípio da responsabilidade; Alain Touraine apelaria antes à ética da convicção.

Um e outra nascem no espírito dos homens e das mulheres. Por isso, a cidadania, em todas as suas dimensões, dará à União Europeia a base política necessária à segurança dos cidadãos e à sua contribuição coerente para a segurança colectiva da humanidade.



Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo

Fundação Cuidar o Futuro